



Foto do Arquivo Municipal de Paredes - Sobreira, Largo da Igreja Antiga

DICIONÁRIO DAS FIGURAS HISTÓRICAS DE PAREDES

3

Suplemento distribuído com a edição
da Revista Cultural Orpheu Paredes 2023





DICIONÁRIO DAS FIGURAS HISTÓRICAS DE PAREDES

3

Damos continuidade ao Dicionário das Figuras Históricas de Paredes, pelo terceiro ano consecutivo, enaltecendo a vida e a obra de personalidades que se destacaram neste concelho. Para além do contributo do jornalista, escritor, professor e investigador, Manuel Abranches de Soveral (M.A.S), conseguimos a colaboração para o Dicionário de novos amigos da Cultura, António Aresta (A.A), professor na Escola Secundária de

Paredes; Luís António Ribeiro (L.A.R), professor de Filosofia na Escola Secundária de Paredes; Luís Miguel de Araújo Leão (L.M.A.L.), investigador e Olinda da Conceição Moura dos Santos Loureiro (O.C.M.S.L), professora do ensino secundário, aposentada.

Continuaremos este trabalho, estamos certos, com o vosso entusiasmo.



MARQUÊS DE ABRANTES 1676-1733

O último senhor de Aguiar de Sousa, de cujo senhorio teve mercê a 30.3.1689, em sua vida somente, foi D. Rodrigo Pedro de Sá Almeida e Menezes, 1º marquês de Abrantes (24.6.1718), nascido a 19.10.1676 no Porto e falecido a 30.10.1733 em Santarém. Foi governador das armas da cidade do Porto e das fortalezas de S. João da Foz e de Nª Srª das Neves de Leça, comendador de várias ordens, mestre de campo de Infantaria, posto em que serviu na guerra da sucessão contra Espanha, censor da Academia Real da História (1720), embaixador em Roma e em Madrid, cavaleiro da Ordem do Tosão de Ouro em Espanha (1728), etc. Sucedeu também nos bens e direitos da Casa de Abrantes. Como D. Rodrigo de Almeida, a 19.3.1689 sucedeu como 2º e último marquês de Fontes, com 322.858 reais de assentamento, e como conde de Penaguião, título de juro e herdade. Como D. Rodrigo de Sá e Menezes, a 30.3.1689 teve carta dos senhorios de Aguiar de Sousa e Gondomar, com suas rendas, em sua vida somente. A 10.11.1693, como D. Rodrigo Pedro de Sá Almeida e Menezes, teve confirmação, de juro e herdade e duas vezes fora da Lei Mental, da alcaidaria-mor do Porto e seu castelo. Como D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Menezes, a 12.8.1718 o rei D. João V mudou-lhe

o título de marquês de Fontes para marquês de Abrantes, com o privilégio de o título de conde de Penaguião ser usado de juro e herdade pelos primogénitos sucessores da Casa. Era filho de D. Francisco de Sá e Menezes, 1º marquês de Fontes (2.1.1659, título em duas vidas) e 4º conde de Penaguião, e de sua mulher D. Luísa Maria de Faro, filha dos 5os condes de Atouguia, e trineto sucessor do 1º conde de Penaguião (v). Casou com D. Isabel Luísa Vicência de Lorena, filha do 2º casamento do 1º duque de Cadaval. Deixou um filho, que sucedeu como 2º marquês de Abrantes ainda em vida do pai (9.10.1726), mas morreu sem filhos. Sua filha D. Ana Maria Catarina Henriqueta de Lorena, casada com seu tio D. Rodrigo de Mello, filho do 3º casamento do 1º duque de Cadaval, depois de viúva teve a 9.12.1753 o título de duquesa de Abrantes. O título de marquês de Abrantes foi renovado mais tarde, por mercê nova, a D. Pedro de Lencastre Sá Almeida e Menezes Castello-Branco (1762-1828), bisneto por via feminina do 1º marquês.

Pormenor do seu quadro na galeria de retratos da Casa dos marqueses de Abrantes

M.A.S





FRANCISCO DA CUNHA LEÃO

1907-1974

Francisco da Cunha Leão nasceu na freguesia de Sobreira, no concelho de Paredes, no ano de 1907, ainda Portugal era uma monarquia.

Estudou no Porto e em Espanha, na Galiza, formando-se em ciências histórico-filosóficas, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Na capital, casou com Leonor Guimarães, tendo assumido a direcção da Guimarães Editores, uma antiga e prestigiada casa editora. Lançou aí duas colecções que fariam história e que se revelaram fundamentais para a cultura portuguesa : a “Colecção Poesia e Verdade” [onde apareceram Sophia de Mello Breyner, David Mourão-Ferreira, Fernando Namora, entre outros] e a “Colecção Filosofia e Ensaios” [onde foram apresentadas traduções na língua portuguesa de clássicos como Erasmo, Maquiavel, Dante, Heidegger, Aristóteles, Hegel, Freud, Kierkegaard, os Pré-Socráticos, Merleau-Ponty ou Nietzsche]. Entre os pensadores portugueses publicados na Guimarães Editores, destacamos Fidelino de Figueiredo, Sampaio Bruno, Leonardo Coimbra, José Marinho, Agostinho da Silva, António Quadros, Álvaro Ribeiro, Orlando Vitorino, Dalila Lello Pereira da Costa ou Pinharanda Gomes.

Folheando o Catálogo da Guimarães Editores, por aí se infere a grande valia estratégica desta casa editora e os altíssimos serviços que prestou à cultura portuguesa, ao longo de sucessivas décadas.

Francisco da Cunha Leão exerceu a docência e foi director do jornal lisboeta *Diário Popular*, entre 1953 e 1958. No âmbito do Ministério do Ultramar, desempenhou as importantes funções de Agente-Geral do Ultramar, onde procurou revitalizar e modernizar o icónico Boletim Geral do Ultramar, um insubstituível repositório da acção portuguesa em todas as parcelas intercontinentais do antigo ultramar.

Manteve uma ligação muito estreita ao grupo da “filosofia portuguesa”, sobretudo através da influência doutrinária de José Marinho e de Álvaro Ribeiro, antigos alunos e discípulos de Leonardo Coimbra, na primeira Faculdade de Letras do Porto.

A obra de Francisco da Cunha Leão não é muito extensa, mas é bastante significativa.

Na poesia, destacam-se *O Anjo e o Homem*, de 1948, e o *Naufrágio de Goa*, de 1962.

No ensaio, *20 Teses acerca da formação e sobrevivência de Portugal*, 1959 ; *O Enigma Português*, 1960, a quarta edição é de 1998 ; *Brasília, última bandeira*, 1960 ; *Ensaio de Psicologia Portuguesa*, 1971, a terceira edição é de 1997 ; *Do Homem Português*, póstuma, 2007.

Organizou diversas antologias : *Gomes Leal*, em colaboração com Alexandre O'Neill, 1959, a terceira edição é de 1999 ; *António Sardinha*, em colaboração com Amândio César, 1960 ; *Teixeira de Pascoaes*, em colaboração com Alexandre O'Neill, 1962 ; *Cecília Meireles*, em colaboração com David Mourão-Ferreira, 1968.

Preficiou, entre outros, o *Ensaio sobre a Cultura Galega*, de Ramón Otero Pedrayo, em 1954, e a *Reflexão à Margem da Literatura Portuguesa*, de Agostinho da Silva, em 1958.

O legado intelectual e filosófico de Francisco da Cunha Leão, dentro da antropologia filosófica e da filosofia da história, recentra-nos na terra e impele-nos ao conhecimento de quem somos e do que valemos, da história política e cultural, da geografia física à história dos descobrimentos e da expansão, para compreendermos as perplexidades do homem português perante a nova ordem civilizacional que ajudou a transformar. A narrativa eufórica da vivência dos limites e o sentido antropológico do mistério condena-nos a viver numa ontologia de fronteira porque como escreveu em *O Enigma Português*, a “Pátria é das palavras que mantém intacta a validade do seu conteúdo”.

Francisco da Cunha Leão faleceu em Lisboa, em 1974.

Foto da Coleção do Autor

A. A





ANTÓNIO MARTINS DE SAMPAYO 1673-1759

Figura proeminente do concelho, onde viveu desde 1729 até à morte. Familiar do Santo Ofício de Aguiar de Sousa (12.12.1730), vereador da Câmara, etc., viveu casado na Quinta da Vidigueira, em S. Cosme de Besteiros, que teve por sua mulher e onde instituiu a capela de N^a Sr^a do Rosário. Nasceu a 18.1.1673 em Unhão (Felgueiras) e esteve na Baía (Brasil). Na sua habilitação para o Santo Ofício diz-se que, ainda solteiro, foi “homem de Negócio” na Baía, e que negociava com as minas de ouro, e então vivia casado na Quinta da Vidigueira “à lei da nobreza”, tendo de seu mais de 40 mil cruzados (uma fortuna!). Era irmão do Padre Fernão Martins de Sampayo, abade de Unhão, ambos filhos de Frutuoso António de Sampayo (c.1645-1734), senhor da Quinta ou Casal de Moinhos, em Unhão, e de sua mulher Maria Martins (1649-1704). Casou a 17.10.1729 em Castelões de Cepeda com Josefa Caetana da Rocha Moreira (1704-1789), que herdou a dita Quinta da Vidigueira de seu irmão João Carlos da Rocha Barbosa, casado com sua prima Joana Maria de

Mendonça e Barbosa, sem geração. Eram ambos filhos de João Francisco da Rocha Barbosa (1672-1705), senhor da dita Quinta da Vidigueira, e de sua 2^a mulher Maria Nunes Ferreira. João Francisco da Rocha Barbosa tinha casado a 1^a vez a 28.4.1692 em Castelões de Cepeda com Mariana Coelho da Silva, irmã do Capitão Jerónimo Coelho da Silva (v), senhor da Quinta da Igreja, em Castelões de Cepeda, sem geração. António Martins de Sampayo e sua mulher não tiveram filhos, pelo que promoveram o casamento de Domingos de Castro Pimenta de Sampayo, alferes de Auxiliares, sobrinho dele, com D. Josefa Liberata da Rocha Moreira e Souza, sobrinha dela, que casaram a 27.2.1759 na dita capela de N^a Sr^a do Rosário da Quinta da Vidigueira, onde passaram todos a viver, e que instituíram seus herdeiros. Destes foi filha sucessora D. Ana Bernardina de Souza e Rocha de Sampayo, senhora da Quinta de Coura, em Bitarães, da dita Quinta da Vidigueira e da Quinta do Moinho, na Madalena, etc., que deixou herdeiro seu único neto o Dr. António Augusto Teixeira de Vasconcellos (v).

M.A.S



ROQUE COELHO I C. 1513-C. 1590

Importante figura do concelho no séc. XVI, foi moço da câmara da Casa Real e pertenceu a uma longa linhagem de proprietários de um dos tabelionatos concelhios. Com efeito, foi um dos tabeliões do público, judicial e notas de Aguiar de Sousa, bem assim como escrivão das sisas do concelho (31.1.1587), como já tinham sido seus antepassados e seriam vários dos seus descendentes, alguns seus homónimos. Nasceu cerca de 1513 e faleceu cerca de 1590. Foi senhor da Quinta da Porta, em Mouriz, onde viveu. Era irmão Jorge Coelho de Beça (v), ambos filhos de Gonçalo Vaz, também tabelião do público, judicial

e notas e escrivão das sisas de Aguiar de Sousa, senhor da dita Quinta da Porta, e de sua mulher (Inês) de Beça, neto de Diogo Vaz (ou Vasques), escudeiro, tabelião do civil e crime (1471, confirmado a 17.6.1482) e escrivão das sisas de Aguiar de Sousa (7.12.1482, confirmado a 19.5.1496 e 25.4.1504), senhor da dita Quinta da Porta, e bisneto de João Vasques, dito “da Porta”, falecido em 1471, tabelião do julgado de Aguiar de Sousa e senhor da dita Quinta da Porta. Aquela (Inês) de Beça era filha de João de Beça (v). Casou cerca de 1539 com Beatriz de Moura, falecida viúva a 17.11.1595 em Mouriz, com geração.

M.A.S



JORGE COELHO DE BEÇA C. 1514-/1593

Vereador da Câmara de Aguiar de Sousa, foi o 1^o senhor da Quinta da Costa, em Mouriz. Era irmão de Roque Coelho I (v). Casou com Guiomar de Souza, referida várias vezes no Tombo de Paço de Sousa (1593), nas delimitações dos

prazos de Mouriz, como trazendo terras do mosteiro de Cete. É provável que a Quinta da Costa fosse prazo deste mosteiro e ela fosse nele 2^a vida, estando portanto viúva em 1593.

M.A.S





PEDRO COELHO

C. 1540-1595/

Tabelião do público, judicial e notas de Aguiar de Sousa em sucessão ao pai, foi cavaleiro da Ordem de Cristo e senhor da Quinta da Porta, em Mouriz. Referido várias vezes no Tombo de Paço de Sousa (1593), nas delimitações

dos prazos de Mouriz, como tendo aí “herdade”, bem assim como a Quinta da Porta, bem de raiz. Era filho de Roque Coelho I (v) e sua mulher Beatriz de Moura. Casou com Antónia de Miranda, com geração.

M.A.S



ROQUE COELHO II

C. 1562-1628

Tabelião do público, judicial e notas de Aguiar de Sousa em sucessão ao pai, foi senhor da Quinta da Porta, em Mouriz, onde nasceu cerca de 1562 e faleceu a 23.11.1628. Era filho de Pedro Coelho (v) e sua mulher Antónia de Miranda. Casou com Jerónima Teixeira (1567-1599), filha de Francisco Vieira, cavaleiro fidalgo da Casa Real, senhor da Quinta da Torre, em Refontoura (Felgueiras),

prazo da Ordem de Cristo renovado em 1594, e de sua mulher Susana Teixeira dos prazos de Mouriz, como tendo aí “herdade”, bem assim como a Quinta da Porta, bem de raiz. Era filho de Roque Coelho I (v) e sua mulher Beatriz de Moura. Casou com Antónia de Miranda, com geração.

M.A.S



ROQUE COELHO FERRAZ

C. 1585-C.1662

Tabelião do público, judicial e notas de Aguiar de Sousa (18.11.1647), nasceu cerca de 1585 em Mouriz e faleceu cerca de 1662. Era filho de Pedro Coelho, também tabelião do público, judicial e notas de Aguiar de Sousa, que a 18.11.1647 teve carta para passar ao filho, e de sua mulher Isabel Ferraz; neto paterno de Pedro Coelho (v) e sua mulher Antónia de Miranda; e neto materno de António Monteiro, cidadão do Porto, juiz e recebedor das sisas de Aguiar de Sousa, etc., e sua 1ª mulher Inês

Barreto. Esta Inês era filha Fernão Nunes Barreto, 2º senhor de juro e herdade de Freiriz, Penagate e Gafanhão, etc., e de sua mulher Isabel Ferraz. Roque Coelho Ferraz casou com Joana de Vasconcellos Pimentel, sem geração. Dos prazos de Mouriz, como tendo aí “herdade”, bem assim como a Quinta da Porta, bem de raiz. Era filho de Roque Coelho I (v) e sua mulher Beatriz de Moura. Casou com Antónia de Miranda, com geração.

M.A.S



LUÍS COELHO DE BEÇA

C. 1585-1660

Vereador da Câmara de Aguiar de Sousa, foi senhor da Quinta da Costa, em Mouriz, onde viveu. Nasceu cerca de 1586 no Porto e faleceu a 24.11.1660 na dita quinta. Era filho sucessor de Sebastião Coelho de Beça e sua mulher Filipa Dourado e neto paterno de Jorge Coelho de Beça (v). Casou no Porto a 9.6.1629 com D. Madalena de Lemos (c. 1608-1660), filha natural (legitimada por carta

real de 8.4.1638) de Diogo Gomes de Lemos, 6º senhor de juro e herdade da Trofa (Águeda), etc., havida em Leonor Pinheiro. Foram pais, entre outros, de Diogo Gomes de Lemos (1630-1672), que sucedeu e faleceu solteiro, deixando um filho natural, Bernardo de Lemos e Távora, inquiridor, contador e distribuidor (proprietário) do concelho de Aguiar de Sousa (28.2.1722).

M.A.S





MANUEL BARBOSA LEÃO 1832-1903

Manuel Barbosa Leão nasceu, a 21.4.1832, na Casa dos Chãos, freguesia de S. Martinho de Parada de Todeia, concelho de Paredes. Era filho de Luís Barbosa Leão, proprietário, natural de Parada de Todeia, e de Rita Barbosa dos Santos, nascida na freguesia vizinha de S. Miguel de Baltar, senhores da Casa dos Chãos. Foram seus avós paternos, Manuel Barbosa e Custódia Maria, ambos naturais de Parada de Todeia, e maternos, Custódio de Sousa e Bárbara dos Santos, estes nascidos na freguesia de Baltar.

Em 1854, com 22 anos, matriculou-se na Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra, a qual frequentou durante cinco anos, tendo obtido o grau de bacharel (30.6.1858) e formado em Teologia, em 2.7.1859.

Regressado à diocese do Porto cumpriu uma notável carreira eclesiástica, tendo exercido, durante largos anos, as funções de cônego e tesoureiro-mor da Colegiada de S. Martinho de Cedofeita. Durante este percurso, foi autor de diversos estudos teológicos.

Em 1871 publicou, com Francisco Correia de Lacerda, D. Prior da mesma colegiada, a *História da Antiquíssima e Santa Igreja e Hoje Insigne Colegiada de S. Martinho de Cedofeita e da Origem e Natureza dos seus Bens* (Porto, Tipografia de António José da Silva Teixeira). Esta obra conheceu uma 2ª edição, póstuma, em 1907 (Porto, Tipografia Católica de Fonseca & Filho). Nela, procuraram os autores defender a tese de que era ilícita a pretensão da Coroa de confiscar as terras pertencentes à colegiada, conforme dispunha o Decreto de 1 de Dezembro de 1869, o qual suprimia todas as colegiadas do Reino, com excepção da de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, fazendo reverter para a Nação todos os seus bens. Argumentavam que as propriedades em causa já pertenciam à colegiada antes da fundação de Portugal e, por conseguinte, eram de origem particular e não susceptíveis de expropriação pelo Estado.

Esta publicação granjeou muito prestígio a Manuel Barbosa Leão, bem como a Francisco Correia de Lacerda, nos círculos eclesiásticos da cidade do Porto e em sectores mais conservadores da elite intelectual católica, quer junto de liberais, quer de legitimistas, que se opunham

às doutrinas e práticas anticlericais que marcavam o quadro constitucional então vigente.

Era irmão de José Barbosa Leão, ilustre médico militar, administrador colonial, jornalista e ensaísta (v). Em sua memória, Manuel Barbosa Leão publicou, em 1889, um opúsculo intitulado *Cartas e Publicações Relativas ao Falecido Dr. José Barbosa Leão, que, em Memória do seu Saudoso Irmão, Reuniu e Mandou Imprimir* (Porto, Imprensa Comercial), no qual incluiu diversos artigos publicados por José Barbosa Leão na imprensa da época, alguns documentos do seu espólio epistolar e, ainda, um pequeno ensaio biográfico da sua autoria, no qual valoriza a actividade intelectual e intervenção pública desenvolvidas pelo seu irmão.

Manuel Barbosa Leão faleceu em 11.3.1903, na Casa dos Chãos, com a idade de 71 anos. Deixou testamento, publicado, na íntegra, no jornal *O Primeiro de Janeiro* de 2.4.1903, no qual favoreceu a sua freguesia natal, quer no domínio da instrução pública, quer no dos equipamentos sociais, a bem dos seus conterrâneos.

Foi sepultado no cemitério de Parada de Todeia, em jazigo de família.

Em sua memória há, na referida freguesia, uma rua com o seu nome.

Foto publicada na Monografia da Freguesia de Parada de Todeia, Concelho de Paredes – Estudo Genealógico e Outros Assuntos, pelo Pároco António Carlos Moreira, Porto, Edição do Autor, 1946

L.M.A.L.





FAUSTINO MOREIRA DOS SANTOS 1885-1955

Faustino Moreira dos Santos nasceu, a 29.5.1885, no lugar de Moreira, freguesia de S. Miguel de Gandra, concelho de Paredes. Filho de Domingos Moreira, lavrador, e de sua mulher, Margarida dos Santos, naturais da mesma freguesia. Era neto paterno de José Moreira dos Santos e de Beatriz Moreira e materno de Joaquim Martins Ribeiro e de Maria dos Santos.

Em 1896, apenas contando 11 anos de idade, matriculou-se no Seminário Apostólico da Formiga, da Congregação do Espírito Santo (de vocação missionária) e sito em Ermesinde, onde cumpriu um plano de estudos equiparado ao então em vigor nos liceus, reforçado com uma formação complementar nas áreas do latim e da Filosofia.

Em 1906 transitou para o Seminário de Teologia e Filosofia da mesma Congregação, em Sintra, onde iniciou o seu noviciado. Aí prosseguiu a sua formação teológica, a qual concluiu nas novas instalações adquiridas pelos espiritanos em Carnide, Lisboa. Segue depois para Chevilly-Larue, França, sede da Congregação, preparando-se para a sua ordenação sacerdotal, a qual ocorrerá em 1909.

Em 1913, a seu pedido, é enviado para África pelo superior geral da Congregação do Espírito Santo, Alexandre Le Roy, onde exerce grandes responsabilidades missionárias, inicialmente como superior da missão de Lucula, em Cabinda, e, depois, a partir de 1919, como prefeito apostólico do Baixo Congo, que englobava os territórios de Cabinda e do Zaire (diocese de Angola e Congo). Nessa qualidade, funda as missões de Maiombe (1922), Santo António do Zaire (1930) e Tomboco-Ambrizete (1936). Nesse ano é designado vigário-geral de Cabinda-Zaire, funções que irá exercer até 1941.

Em 28 de Janeiro de 1941 é nomeado bispo de Cabo Verde, recebendo a ordenação episcopal em 13 de Julho, por D. António Augusto de Castro Meireles, bispo do Porto. Em Novembro desse mesmo ano parte de Lisboa rumo à ilha de S. Nicolau, onde se situava a sede do bispado.

Encontra uma diocese em estado de grande abandono espiritual e material, muito por força da continuada política anticlerical levada a cabo pelos sucessivos

governos da 1ª República, com falta de sacerdotes e, por isso, incapaz no acompanhamento religioso das comunidades. As condições religiosas do arquipélago eram, efectivamente, muito precárias.

Em face desta realidade, D. Faustino Moreira dos Santos mete mãos à obra e concebe um plano arrojado de renovação da sua diocese. Logo em 1942, solicita a colaboração activa de diversos institutos religiosos, masculinos e femininos, para levar o seu projecto avante. Dão o seu sim empenhado os padres salesianos, os capuchinos, os da Congregação do Espírito Santo, bem como as irmãs da Congregação do Amor de Deus. E o fruto do trabalho conjunto em breve se deu a conhecer: reorganização das paróquias, programas de evangelização em todas as ilhas, catequese para os mais novos, assistência social aos mais carenciados e criação de estabelecimentos de ensino com o objectivo promover a educação das populações. Também no plano material as mudanças se fizeram sentir, com a construção de igrejas e capelas novas, a recuperação de outras que se encontravam próximas da ruína, e a edificação de escolas e residências com fins assistenciais. Também restaurou e reorganizou o seminário, assegurando a adequada formação do clero. Toda uma imensa obra, da qual foi inquestionável protagonista, que permitiu o renascimento da diocese e a recristianização das ilhas de Cabo Verde.

Em Julho de 1955, D. Faustino sofreu uma trombose que o deixou profundamente debilitado. Encaminhado para Lisboa, foi internado no hospital do Ultramar, onde veio a falecer no dia 27 do mesmo mês e ano, com 70 anos de idade.

Foi sepultado no cemitério de Gandra.

Em sua memória há, na referida freguesia, uma avenida com o seu nome.

Foto publicada no artigo "Conheça os Últimos dois Bispos que Antecederam a D. Paulino", Redacção TN, mensário Terra Nova, Missionários Capuchinhos, formato digital (terranova.cv), 17.6.2019.

L.M.A.L





VERGÍLIO PEREIRA 1900-1965

Vergílio Pereira nasceu em Vilela, a 7 de outubro de 1900. Desde cedo começou por aprender os rudimentos musicais com seu pai, António Gaspar Pereira, um dos fundadores da Banda Musical de Vilela. Paralelamente ao curso do Magistério Primário, V. Pereira forma-se em música, tendo frequentado o Conservatório de Música do Porto e a Academia Mozart, obtendo nesta a carteira de Chefe de Orquestra. Ao regressar ao Concelho de Paredes, em 1924, enquanto docente do Ensino Primário, funda e dirige o *Orfeão Castro Araújo* (1924-1942), formado exclusivamente por amadores, desde trabalhadores rurais e artífices, até operários fabris, na sua maioria sem quaisquer conhecimentos musicais. Ao longo de vários anos fundou e dirigiu vários grupos corais obtendo grande visibilidade através de um deles em particular, o grupo coral *As Pequenas Cantoras de Portugal*, mais conhecido como *Pequenas Cantoras do Postigo do Sol*, constituído por alunas do *Recolhimento de Nossa Senhora e S. José*, instituição benemérita da cidade do Porto.

A par de toda esta atividade coral e orfeónica, é convidado, em 1947, a integrar, enquanto investigador, a Comissão de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral, com o objetivo de iniciar uma criteriosa recolha etnográfica do património musical na área geográfica afeta a esta Junta. Através de uma bolsa conferida por aquela comissão procede ao levantamento extensivo de cantares polifónicos no Concelho de Cinfães, Serra do Montemuro, freguesia da Gralheira. Desta pesquisa resultará a identificação e catalogação de um conjunto variado de espécies musicais que, pela sua raridade e especificidade, são consideradas como sendo tipificadoras da identidade da região. A importância desta recolha realizada em Cinfães fez com que, em 1948, a mesma comissão atribuisse ao maestro nova bolsa, desta vez para um levantamento extensivo das tradições musicais populares no Concelho de Resende, o que conduziu à posterior catalogação e edição, no *Cancioneiro de Resende* (1957). A terceira recolha

musical extensiva, realizada pelo maestro entre 1953 e 1955, realizou-se no *Concelho de Arouca*, tendo como resultado a publicação do *Cancioneiro de Arouca*. Em 1957 é conferido a Vergílio Pereira o *Grau de Cavaleiro da Ordem da Instrução Pública*, por reconhecido mérito do seu labor, quer pelas recolhas etnográficas efetuadas, quer pela sua atividade enquanto compositor, maestro e divulgador do canto coral. Em 1958, e também sob o patrocínio da mesma Junta, V. Pereira dá início a uma recolha etnomusical no Concelho de Stº Tirso. Realizou também recolhas nas aldeias comunitárias do Gerês em 1952 e 1956 (na freguesia de S. João do Campo – Terras de Bouro) e em Miranda do Douro, na localidade de Sendim, em setembro de 1957. Daqui resultou a publicação de *Corais Geresianos, subsídios para o cancionero raiano*, de 1957 e os *Corais mirandeses – Novos Subsídios para o Cancioneiro Raiano*, de 1959. Entre 1961 e 1963, com o patrocínio da secção de Etnomusicologia da Fundação Calouste Gulbenkian, inicia a recolha de tradições musicais populares da Beira Baixa Covilhã e Fundão). Morre em 1965, deixando uma obra de valor inestimável no panorama da etnomusicologia portuguesa. Entre 2020 e 2021, o Museu Nacional de Etnologia realizou uma ampla retrospectiva da sua obra.

Foto publicada no boletim municipal da Câmara Municipal de Paredes - Vergílio Pereira, etnomusicólogo por Viale Moutinho, Paredes, nº 03, 1980

L.A.R





JOÃO GOMES FERREIRA 1851-1897

João Gomes Ferreira nasceu, a 9.6.1851, na freguesia de S. Romão de Aguiar de Sousa, concelho de Paredes. Filho de António Aires dos Santos Gomes, negociante, e de sua mulher, Bernardina Amélia Ferreira Baptista, naturais da mesma freguesia. Era neto paterno de Ayres dos Santos Gomes e de Rosa da Conceição, ambos nascidos em Aguiar de Sousa, e materno de José Ferreira Santiago Nogueira e de Ana Maria Ferreira, estes naturais na freguesia do Divino Salvador de Cabeça Santa da Gândara, concelho de Penafiel.

Seu pai, que para ele perspectivara um futuro profissional na área do comércio, matriculou-o no Liceu Central no Porto, onde o jovem João se distinguiu pelas suas elevadas classificações. No entanto, desde cedo começou a manifestar o desejo de dar um rumo diferente à sua vida, optando por uma carreira eclesiástica. A influência do seu tio paterno, António Ferreira de Sousa Baptista e Santos, sacerdote e pároco na freguesia de Santo André da Várzea da Ovelha, concelho de Marco de Canaveses, terá sido determinante na escolha deste percurso de vida.

Tomada a decisão, entra para o Colégio das Missões Ultramarinas de Cernache no Bonjardim, onde cumpriu os seus estudos eclesiásticos. Foi aí ordenado sacerdote, em 1874.

Por decisão dos seus superiores parte, em Maio do ano seguinte, para Macau, integrando o corpo docente do Seminário de S. José, no qual lecciona as disciplinas de teologia, matemática e desenho. Assumiu, também, durante algum tempo, as funções de vice-reitor deste estabelecimento de ensino.

Em 1878 e a seu pedido, junto do então bispo de Macau, D. Manuel de Sousa Enes, é enviado para Timor, onde prossegue a sua actividade missionária. Pelas suas qualidades, é nomeado Vigário Geral e Superior das Missões de Timor. No exercício destas funções promoveu a conclusão da igreja de Manatuto, a construção de instalações para um colégio em Dili e a criação de uma escola de artes e ofícios em Lahane.

Em 1886 é apresentado bispo de Cochim. A sagração episcopal ocorre em 21.8.1887, na Sé de Macau. Antes de assumir o governo da sua diocese, em 23 de Novembro do mesmo ano, foi distinguido com a Comenda da Real Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em reconhecimento da sua notável acção como sacerdote, educador e missionário.

O facto de Cochim já não pertencer ao Estado Português da Índia desde 1663 e estar, então, sob administração colonial britânica, apesar de integrar o Padroado Português do Oriente, torna a sua missão particularmente complexa, a exigir grande habilidade diplomática. Efectivamente, como bispo português apresentado pela Coroa e nomeado pela Santa Sé, governava espiritualmente uma diocese cujo território estava subordinado ao poder político de uma nação estrangeira. Não obstante, e apesar de várias contrariedades, cumpriu com zelo apostólico e fidelidade aos seus princípios, os deveres que resultavam do ministério para o qual tinha sido nomeado.

Empenhado na revitalização da sua diocese, deu particular atenção às necessidades de educação intelectual, moral e religiosa da mocidade, masculina e feminina, residente no território, sem esquecer a vertente da formação em artes, ofícios e agricultura. Com este propósito, reorganizou diversas instituições destinadas ao ensino e fundou outras. Também não esqueceu os órfãos e os mais desvalidos, criando residências destinadas ao seu acolhimento e educação. Finalmente, reconhecendo a necessidade de adequada formação do clero indígena, fundou o Seminário do Santíssimo Coração de Jesus, em Alapé.

Debilitado por vários problemas de saúde, veio a falecer, no Paço Episcopal de Pangim, a 4.5.1897. Em Julho do mesmo ano, foram celebradas solenes exéquias na igreja de Santa Marta, em Lisboa, sendo o elogio fúnebre proferido por D. António de Sousa Barroso, então bispo de Himéria, o qual realçou a sua acção como sacerdote, missionário e prelado.

O seu corpo foi trasladado para Lisboa, a bordo do vapor



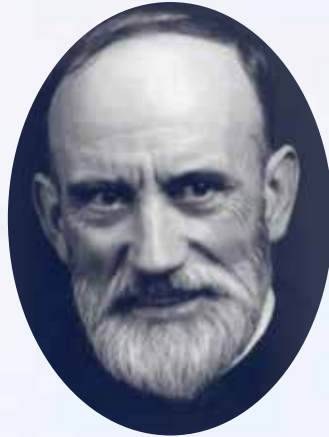


Zaire, apenas cinco anos depois, em Outubro de 1902. Após uma cerimónia religiosa na capela de S. Roque, no arsenal da Marinha, foi transportado para a estação ferroviária do Rossio, de onde partiu com destino à sua terra natal. Em Aguiar de Sousa foi novamente alvo de sentida homenagem e celebração litúrgica na paróquia, sendo posteriormente sepultado em jazigo-capela que a

família mandou contruir propositadamente. A sua memória está perpetuada na toponímia de Paredes e Aguiar de Sousa.

Foto publicada no artigo "João Gomes Ferreira", Wikipédia, a enciclopédia livre, 5.10.2021

L.M.A.L



JOAQUIM ALVES CORREIA 1886-1951

Joaquim Alves Correia foi um sacerdote católico e missionário da Congregação do Espírito Santo, também escritor e jornalista, que muito se destacou na oposição ao "Estado Novo" e às suas práticas políticas, nomeadamente as relativas à administração colonial.

Nasceu, em 5.5.1886, no lugar de Sernada, freguesia de S. Romão de Aguiar de Sousa, concelho de Paredes. Filho de João Alves Correia e de sua mulher, Miquelina Alves Martins, lavradores, ambos naturais de Aguiar de Sousa. Era neto paterno de Bernardo Correia e Leopoldina Alves de Azevedo e materno de José Alves de Sousa e de Jerónima Martins.

No quadro familiar, recebeu uma sólida educação católica que irá marcar o seu percurso de vida, bem como o de mais três dos seus quatro irmãos. O mais velho, Manuel, ordenou-se sacerdote franciscano, e as suas irmãs, Rosa e Rita, também optaram pela vida consagrada, igualmente na comunidade franciscana.

Frequentou o ensino primário na escola da sua freguesia. Em 1899 matriculou-se no Seminário Apostólico da Formiga, Ermesinde. Prosseguiu a sua formação eclesiástica no Seminário de Teologia e Filosofia da mesma Congregação, em Sintra, e, posteriormente, em Carnide Lisboa. Concluiu os seus estudos em Chevilly-Larue, França, Casa-Mãe dos espiritanos, onde foi ordenado sacerdote em 28 de Outubro de 1910.

Jovem de 24 anos, segue para a Nigéria, então território sob administração inglesa, onde, durante 9 anos, desenvolve intensa actividade missionária. Esta experiência será marcante para o pensamento de Alves Correia, sobretudo na forma de encarar as condições de vida dos povos nativos e a sua submissão face ao poder

político, social e económico dos países colonizadores. Torna-se um paladino da emancipação política das populações africanas, batendo-se pelo respeito das suas idiossincrasias.

Retorna a Portugal em 1919, empenhando-se no projecto de reforma da Província Portuguesa da Congregação dos Padres do Espírito Santo. Assume, também, as funções de Procurador das Missões da sua Congregação junto do governo da República. Já então era notório o seu pensamento progressista, alicerçado na mensagem libertadora do Evangelho.

Crente na justeza do seu pensamento e ideais, publica, com assiduidade, artigos em diversas revistas e jornais da época, nos quais revela, de forma clara e transparente, a sua opção radical pelos valores da mensagem cristã. Escreve na revista *Missões de Angola e Congo*, que posteriormente dirige, na *Seara Nova*, no *Jornal República*, bem como no *Novidades* e *Correio do Minho*, entre outros. Colabora, pois, na imprensa mais próxima do ideário do "Estado Novo", bem como na da oposição, sem receio de assumir as suas ideias e convicções. Foi, também, autor de numerosos verbetes para a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.

Em 1945, no contexto das eleições para a Assembleia Nacional, coloca-se ao lado dos oposicionistas, assinando os documentos fundacionais do Movimento de Unidade Democrática (MUD). Esta posição, bem como a publicação de um artigo polémico intitulado «O Mal e a Caramunha», no *Jornal República*, no qual procurou desmascarar a interpretação demagógica da União Nacional sobre os terríveis acontecimentos ocorridos na designada "noite sangrenta" de 19.10.1921, quando foram assassinados os





históricos republicanos, António Granjo, Machado dos Santos e José Carlos da Maia – procurando fazer reverter para as vítimas a responsabilidade do seu próprio assassinato, em virtude das suas práticas políticas – tornaram-no, a partir de então, um indivíduo incómodo para o regime. Pressionado, bem como a Congregação dos Padres do Espírito Santo, pelo poder político, tomou a opção do exílio voluntário, de modo a evitar uma condenação judicial e a muito provável pena de degredo. Em 1946 radicou-se nos Estados Unidos da América, sendo convidado a leccionar na Universidade de Duquesne, em Pittsburg, afecta à sua Congregação, na área da sociologia. Mesmo no exílio, continuou a publicar textos em que explanava o seu pensamento cristão sobre as realidades sociais e políticas suas contemporâneas, particularmente no que se referia à situação vivida em Portugal e nos seus territórios ultramarinos.

Um homem à frente da sua época e com uma visão humanista digna de realce.

Morreu em 1.7.1951, com 65 anos de idade. Jaz em Pittsburg.

Da extensa, e hoje já muito estudada, produção bibliográfica de Joaquim Alves Correia, destaque para as obras, *Civilizando Angola e o Congo: Os Missionários do Espírito Santo no Padroado Espiritual Português* (1922), *Evangelizadores do Trabalho* (1924), *A Largueza do Reino de Deus* (1931), *De Que Espírito Somos* (1933),

Missões Franciscanas Portuguesas de Moçambique e da Guiné (1934), *Missões Religiosas Portuguesas* (1936), *A Dilatação da Fé no Império Português* (1936), *O Cristianismo e a Mensagem Evangélica* (1941), *Vida Mais Alta* (1941), *O Espírito que nos Move* (1947), *O Ideal Cristão* (1948) e *Consciência Cristã* (1949).

Após a revolução de 25 de Abril de 1974, foi alvo de diversas homenagens, nas quais se procurou reabilitar o seu pensamento e acção evangélica: em 1978 foi inaugurado solenemente, no sítio do Salto, Aguiar de Sousa, o seu busto em bronze assente em pedestal de granito, da autoria da escultora Irene Vilar. Presidiu à cerimónia o então bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, que discursou realçando o notável percurso de vida do homenageado. Em Junho de 1980 foi agraciado, a título póstumo, pelo presidente da República António dos Santos Ramalho Eanes, como Grande Oficial da Ordem da Liberdade.

Em 1992, os padres missionários do Espírito Santo instituíram uma I.P.S.S. à qual deram o nome de Centro Padre Alves Correia (CEPÁV), cuja missão é acolher e integrar imigrantes e refugiados em Portugal.

A sua memória está perpetuada na toponímia de Paredes, Aguiar de Sousa, Lisboa e Oeiras.

Foto publicada no artigo “Joaquim Alves Correia (1886-1951”, Padre Veríssimo Teles, sítio espiritanos.pt – Missionários do Espírito Santo em Portugal – , 1.6.2019.

L.M.A.L



AFONSO MENDES DE BESTEIROS

Séc. XIII

Trovador português da Idade Média, natural de S. Cosme de Besteiros, uma povoação próxima do lugar de Paredes, em terras da bacia do Sousa. É um dos poetas portugueses mais representativos do século XIII, um dos mais lidos do seu tempo; articulou a arte da poesia nacional com os novos artifícios estilísticos provençais; assimilou com mestria a moda cultural de terras estrangeiras, mas manteve-se igual a si próprio como bastião da sua terra natal.

No Arquivo Distrital do Porto, a freguesia de S. Cosme de Besteiros à qual pertence «era abadia da apresentação, com reserva, do Convento de S. Pedro de Cete [...] no antigo concelho de Aguiar de Sousa.» Carvalho da Costa chama-lhe apenas «Besteiros» tal como aparece no foral passado a Aguiar de Sousa, a 25 de novembro de 1512.

Afonso Mendes de Besteiros, com apelido associado à designação toponímica da freguesia de Besteiros (hoje freguesia de Paredes), consta do rol de trovadores que conquistaram a sua maneira inconfundível de expressar os sentimentos e a visão da realidade. A sua poesia, em português antigo (galego-português) do início da história da literatura portuguesa, conserva o prestígio

da língua; os poemas lembram os requintes da obra em talha de madeira, no antigo concelho de Aguiar de Sousa, hoje denominado concelho de Paredes.

A biografia de Afonso Mendes foi objeto de estudo de historiadores ilustres, os quais começaram por apontar-lhe outra origem. Hoje, admitem a ligação do trovador a Besteiros (de Paredes), com base em fontes documentais dentre as quais um testamento, com data de 1267, de Martim Mendes de Besteiros, provavelmente irmão de Afonso Mendes – (*T T,Cête, m.II, doc. 4, por indicação de Leontina Ventura*) – e por ter testemunhado vários documentos (talvez aos 70 anos de idade) nomeadamente as partilhas entre Martim Gil de Riba de Vizela e suas irmãs (1285 e 1286) e uma doação do mesmo Martim Gil ao mosteiro de S. Vicente de Fora, em 1290.

As pesquisas sobre o autor também se baseiam nas investigações biográficas e histórico-literárias de filólogos de renome, a partir da leitura das suas catorze composições poéticas preservadas no *Cancioneiro da Ajuda*, no *Cancioneiro da Vaticana* e no *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, distribuídas pelos géneros principais: duas *cantigas de amigo*, nove *cantigas de*



amor e três cantigas de escárnio (dois *escárnios* políticos e um pessoal).

Figura representativa do génio literário português, no lirismo revela o impulso do seu temperamento: nas *cantigas de amigo*, tal como um dramaturgo, no seu mundo imaginativo recria os estados emocionais de uma donzela, manifestando-os espontaneamente, através do discurso da donzela enamorada – curiosamente, num extremado realismo de palavras de um poema invulgar, a moça do povo exprime o seu inconformismo pela traição do *falso amigo* e promete não lhe servir de «capa» para os seus folguedos; em contrapartida, nas *cantigas de amor*, é através de um jogo de estruturas verbais que comunica o *indizível* do sentimento de amor por uma *dona*; nas *cantigas* satíricas, através de ironias sugestivas do seu universo de palavras, permanece a tendência nacional para a crítica moralizadora de vícios de concidadãos.

Este trovador de nobreza menos proeminente, com ligação à linhagem dos Riba de Vizela – uma das mais nobres e notáveis linhagens do séc. XIII português – mantém-se em atividade durante um período longo, nos reinados de D. Sancho II (1223- 1248), D. Afonso III, conde de Bolonha (1248-1279), e D. Dinis (1279-1325) – reis da I dinastia; a sua obra situa-se no período Afonsino, presumivelmente entre os anos de 1250 e 1275, atendendo ao que da sua vida no alvor da nacionalidade e da contemporaneidade da reconquista cristã dela se infere; já estaria exilado na corte castelhana, junto do infante D. Afonso (futuro D. Afonso X), quando expressa, numa *cantiga de escárnio*, a repulsa pela quebra dos laços de vassalagem de um dos alcaides *traidores* de D. Sancho II, na guerra civil portuguesa (1245-47) que levou à deposição do rei e ao exílio em Castela, fazendo-se acompanhar pelos cavaleiros leais à sua causa; plenamente ativo neste período de crise interna do seu país, a *cantiga* também elucida sobre o caráter inabalável do autor no conflito entre os dois irmãos da realeza.

Após a morte de D. Sancho II em Toledo, no mês de janeiro de 1248, ao ver-se confrontado com a possibilidade de ser governado por um rei ao qual negava qualquer legitimidade ao trono, permaneceu em território castelhano e participou no cerco de Sevilha; a fidelidade a D. Sancho II aproximou-o de D. Afonso X, sendo hoje

nomeado, por António Resende de Oliveira, um dos trovadores com maiores permanências na corte do Sábio. É conhecido o nomadismo dos estratos mais elevados da sociedade medieval; na corte ainda itinerante de D. Afonso X – em terras castelhanas e andaluzas ou em cenário de acampamento militar – Afonso Mendes de Besteiros fazia parte do núcleo de trovadores (galego-portugueses e provençais) que, com as composições que deixou, contribuiu para manter o interesse do Sábio pela atividade trovadoresca, participando em algumas tarefas culturais projetadas por este monarca.

Afonso Mendes de Besteiros serviu fielmente o rei, de Leão e Castela, nas expedições contra os mouros do Algarve e da Andaluzia. Testemunhou em Granada, na região da Andaluzia, a deslealdade e a falta de coragem dos cavaleiros hispânicos ao serviço do monarca; em 1264, o conhecimento desta realidade e os comentários da corte moveram-no a compor uma *cantiga de escárnio*, um *sirventês* pessoal sobre a cobardia de um cavaleiro português, João Pires de Vasconcelos, o «tenreiro», o qual, segundo D. Carolina M. de Vasconcelos, teria também inspirado um *sirventês* afonsino. Deste modo, em contexto bélico, a *cantiga de escárnio* e *maldizer* ganhava outra projeção didática.

A presença do trovador em terras castelhanas tornou-se esporádica no período de menor fulgor do trovadorismo, em meados da década de sessenta e na década de setenta, na qual adquiriam especial relevo os malogrados acontecimentos de 1275 que antecederam a morte do Sábio em 1284; efetivamente, depois de ter regressado a Portugal, Afonso Mendes de Besteiros manteve ligações com a corte de D. Afonso X – de acordo com Herlânder Santos, pode ter voltado a Castela «entre 1264 e 1275, ano da morte de Gil Martins, e ainda em 1281 e 1285, acompanhando, tal como anteriormente, os senhores de Riba de Vizela nos contactos com a corte do Rei Sábio.»

A dimensão da linguagem poética de Afonso Mendes de Besteiros – em ligação com o conhecimento do período histórico medieval ou documentação coeva – permitiu distender, no tempo e no espaço ibérico, um universo novo, valorizado pelas suas convicções.

O poeta paredense, sem fronteiras, seduz pela universalidade da sua obra.

O.C.M.S.L.

Continua...

